# MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, DO DESENVOLVIMENTO RURAL E DAS PESCAS

## Portaria n.º 142/2002 de 14 de Fevereiro

Pela Portaria n.º 722-P2/92, de 15 de Julho, alterada pela Portaria n.º 723/97, de 22 de Agosto, foi concessionada ao Clube de Caçadores da Pinheira Mansa a zona de caça associativa (processo n.º 564-DGF) situada no município de Torres Novas, com uma área de 692,3914 ha, válida até 7 de Maio de 2001.

Entretanto, a entidade concessionária veio requerer a sua renovação.

Cumpridos os preceitos legais, com fundamento no disposto no n.º 8 do artigo 44.º, em articulação com o disposto na alínea *a*) do n.º 1 do artigo 36.º, do Decreto-Lei n.º 227-B/2000, de 15 de Setembro, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 338/2001, de 26 de Dezembro, e ouvido o Conselho Cinegético Municipal:

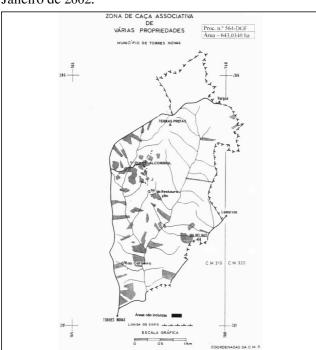
Manda o Governo, pelo Ministro da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas, o seguinte:

1.º Pela presente portaria é renovada, por um período de 11 anos, a concessão da zona de caça associativa (processo n.º 564-DGF) abrangendo vários prédios rústicos sitos nas freguesias de Salvador, Santiago, Paço e Olaia, município de Torres Novas, com uma área de 643,0349 ha, conforme planta anexa à presente portaria e que dela faz parte integrante.

2.º É revogada a Portaria n.º 499/2001, de 14 de Maio. 3.º A presente portaria produz efeitos a partir de

8 de Maio de 2001.

Pelo Ministro da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas, *Victor Manuel Coelho Barros*, Secretário de Estado do Desenvolvimento Rural, em 14 de Janeiro de 2002.



# Portaria n.º 143/2002 de 14 de Fevereiro

Considerando a importância socioeconómica e turística que a pesca apresenta, em particular nos rios salmodíneos;

Dado que o elevado número de praticantes da pesca desportiva nos cursos de água de salmonídeos poderá contribuir a médio prazo para uma escassez de espécies como a truta:

Atendendo à necessidade de promover um ordenamento aquícola das águas de salmonídeos, em particular daquelas que, por apresentarem particular riqueza, são também objecto de maior pressão;

Considerando ainda que o actual ordenamento aquícola necessita de uma actualização, com adaptação à realidade actual, quer em termos ecológicos quer no que se refere às novas filosofias da pesca desportiva:

Manda o Governo, pelo Ministro da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas, ao abrigo da base xxxIII da Lei n.º 2097, de 6 de Junho de 1959, e dos artigos 5.º e 84.º do Decreto-Lei n.º 44 623, de 10 de Outubro de 1962, o seguinte:

1.º São revogadas as Portarias n.ºs 774/78, de 30 de

Dezembro, e 142/79, de 31 de Março.

- 2.º A presente revogação apenas tem eficácia, no que respeita às zonas de pesca reservada dos rios Tuela e Baceiro, com a criação de novas zonas de pesca reservada nos mesmos cursos de água, mantendo-se, no que respeita a estas zonas, o regulamento aprovado pela Portaria n.º 774/78, de 30 de Dezembro.
- 3.º No que respeita à zona de pesca reservada das ribeiras de Cortes, Paul e seus afluentes, a presente revogação apenas tem eficácia a partir do dia 1 de Agosto de 2002, mantendo-se até àquela data o regulamento aprovado pela Portaria n.º 774/78, de 30 de Dezembro.

4.º À presente portaria entra em vigor no dia imediato ao da sua publicação.

Pelo Ministro da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas, *Victor Manuel Coelho Barros*, Secretário de Estado do Desenvolvimento Rural, em 21 de Janeiro de 2002.

# MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

### Portaria n.º 144/2002

#### de 14 de Fevereiro

Sob proposta do Instituto Politécnico de Santarém e da sua Escola Superior de Gestão;

Considerando o disposto no artigo 13.º da Lei de Bases do Sistema Educativo (Lei n.º 46/86, de 14 de Outubro, alterada pela Lei n.º 115/97, de 19 de Setembro);

Considerando o disposto no Regulamento Geral dos Cursos Bietápicos de Licenciatura das Escolas de Ensino Superior Politécnico, aprovado pela Portaria n.º 413-A/98, de 17 de Julho, alterada pela Portaria n.º 533-A/99, de 22 de Julho;

Considerando o disposto na Portaria n.º 495/99, de 12 de Julho;

Ao abrigo do disposto na lei do estatuto e autonomia dos estabelecimentos de ensino superior politécnico (Lei n.º 54/90, de 5 de Setembro) e no capítulo III do Decreto-Lei n.º 316/83, de 2 de Julho:

Manda o Governo, pelo Ministro da Educação, o seguinte:

1.º

#### Plano de estudos

É aprovado o plano de estudos do curso bietápico de licenciatura em Marketing e Consumo da Escola Superior de Gestão de Santarém, criado pela Portaria n.º 495/99, de 12 de Julho, nos termos do anexo à presente portaria.

2.0

#### Normas especiais

Ao curso bietápico de licenciatura em Marketing e Consumo da Escola Superior de Gestão de Santarém aplica-se o disposto nas alíneas *b*2) e *b*3) do n.º 1 do artigo 13.º do Regulamento Geral dos Cursos Bietápicos de Licenciatura das Escolas de Ensino Superior Politécnico, aprovado pela Portaria n.º 413-A/98, de 17 de Julho, alterada pela Portaria n.º 533-A/99, de 22 de Julho.

3.º

#### **Prioridades**

A este curso aplica-se o disposto nas alíneas *a*) e *b*) do n.º 1 do artigo 26.º do Regulamento Geral dos Cursos Bietápicos de Licenciatura das Escolas de Ensino Superior Politécnico, aprovado pela Portaria n.º 413-A/98, de 17 de Julho, alterada pela Portaria n.º 533-A/99, de 22 de Julho.

4.0

#### Norma revogatória

Findo o processo de transição fixado nos termos do artigo 31.º do Regulamento Geral dos Cursos Bietápicos

de Licenciatura das Escolas de Ensino Superior Politécnico, aprovado pela Portaria n.º 413-A/98, de 17 de Julho, alterada pela Portaria n.º 533-A/99, de 22 de Julho, são revogadas:

- a) A Portaria n.º 1351/95, de 14 de Novembro, que autorizou o Instituto Politécnico de Santarém, através da sua Escola Superior de Gestão, a conferir o grau de bacharel em Marketing;
- b) A Portaria n.º 351/90, de 8 de Maio, alterada pelas Portarias n.ºs 51/94, de 19 de Janeiro, e 105/97, de 14 de Fevereiro, que autorizou o Instituto Politécnico de Santarém, através da sua Escola Superior de Gestão, a conferir o disploma de estudos superiores especializados em Marketing e Consumo.

5.°

#### Aplicação

O disposto no presente diploma aplica-se a partir do ano lectivo de 1999-2000, inclusive.

Pelo Ministro da Educação, *Pedro Manuel Gonçalves Lourtie*, Secretário de Estado do Ensino Superior, em 16 de Janeiro de 2002.

#### ANEXO

#### Instituto Politécnico de Santarém

Escola Superior de Gestão

Curso de Marketing e Consumo

1.º ciclo

Grau de bacharel

QUADRO N.º 1

1.º ano

1.º semestre

Unidades curriculares		Esc	olaridade (en			
	Tipo	Aulas teóricas	Aulas teórico- -práticas	Aulas práticas	Seminários e estágios	Observações
Introdução ao Marketing Matemática I Introdução às Ciências Humanas e Sociais Microeconomia Noções Fundamentais de Direito Informática I Inglês I	Semestral Semest		3 3 4 4 4 4 3 3			

#### QUADRO N.º 2

#### 2.º semestre

Unidades curriculares		Escolaridade				
	Tipo	Aulas teóricas	Aulas teórico- -práticas	Aulas práticas	Seminários e estágios	Observações
Macroeconomia Informática II Introdução ao Marketing II Matemática II História Económica e Social Inglês II Contabilidade Geral	Semestral Semestral Semestral Semestral Semestral Semestral Semestral Semestral		4 3 3 3 4 3 4			

### QUADRO N.º 3

### 2.º ano

### 1.º semestre

Unidades curriculares		Esc	olaridade (en			
	Tipo	Aulas teóricas	Aulas teórico- -práticas	Aulas práticas	Seminários e estágios	Observações
Contabilidade Analítica Planeamento e Controlo de Marketing I Estatística I Gestão de Recursos Humanos Análise Financeira Organização e Gestão Sociologia Económica	Semestral Semestral Semestral Semestral		4 3 3 4 4 4 4			

### QUADRO N.º 4

### 2.º semestre

Unidades curriculares		Esc	olaridade (en	_		
	Tipo	Aulas teóricas	Aulas teórico- -práticas	Aulas práticas	Seminários e estágios	Observações
Política Económica Estatística II Planeamento e Controlo de Marketing II Sistemas de Informação Gestão da Produção e Operações Psicologia Económica	Semestral Semest		4 3 4 4 4 4			

### QUADRO N.º 5

### 3.º ano

### 1.º semestre

Unidades curriculares		Esc	olaridade (en			
	Tipo	Aulas teóricas	Aulas teórico- -práticas	Aulas práticas	Seminários e estágios	Observações
Comunicação de Marketing I Estratégia Empresarial Marketing de Serviços Métodos e Técnicas de Investigação de Mercado I Métodos e Técnicas Qualitativas de Investigação de Mercado Gestão de Canais de Distribuição Gestão do Produto e dos Preços Gestão Financeira	Semestral Semestral Semestral Semestral Semestral Semestral Semestral Semestral Semestral		3 4 4 4 4 4 4 4			

### QUADRO N.º 6

### 2.º semestre

Unidades curriculares		Esc	olaridade (en			
	Tipo	Aulas teóricas	Aulas teórico- -práticas	Aulas práticas	Seminários e estágios	Observações
Comunicação de Marketing II  Métodos e Técnicas de Investigação do Mercado II  Negociação de Gestão de Clientes  Técnicas de Vendas  Comportamento Organizacional  Duas das seguintes unidades curriculares:	Semestral Semestral Semestral Semestral Semestral		3 3 4 4 4			
Marketing do Ambiente Marketing Directo Gestão da Inovação Qualidade de Produtos e Serviços						(a)

Unidades curriculares		Esc	olaridade (em			
	Tipo	Aulas teóricas	Aulas teórico- -práticas	Aulas práticas	Seminários e estágios	Observações
Gestão da Força de Vendas Auditoria de Marketing						
Estágio ou projecto aplicado e seminário de acompanhamento	Semestral					(b)

#### 2.º ciclo

Grau de licenciado

QUADRO N.º 7

1.º ano

1.º semestre

Unidades curriculares		Esc	olaridade (en	n horas semai	nais)	Observações
	Tipo	Aulas teóricas	Aulas teórico- -práticas	Aulas práticas	Seminários e estágios	
História das Doutrinas Económicas Direito do Consumo e do Marketing Psicologia do Consumidor Sociologia do Consumo Relações Públicas Marketing Industrial	Semestral Semestral		4 4 4 4 4			

#### OUADRO N.º 8

#### 2.º semestre

Unidades curriculares		Escolaridade (em horas semanais)					
	Tipo	Aulas teóricas	Aulas teórico- -práticas	Aulas práticas	Seminários e estágios	Observações	
Marketing Internacional	Semestral Semestral Semestral Semestral		4 4 4			(*)	

<sup>(\*)</sup> A regulamentar pelo órgão legal e estatutariamente competente.

#### Despacho Normativo n.º 9/2002

Considerando os Estatutos da Universidade Aberta, homologados pelos Despachos Normativos n.ºs 197/94, de 25 de Março, e 4/96, de 12 de Janeiro;

Considerando o disposto no despacho n.º 14 830/2001 (2.ª série), de 16 de Julho;

Considerando as deliberações de 27 de Março e de 19 de Abril de 2001 e de 8 de Janeiro de 2002 da assembleia da Universidade Aberta;

Ouvida a comissão instituída pelo despacho n.º 31/ME/89 (2.ª série), de 28 de Março;

Ao abrigo do disposto no artigo 3.º e na alínea a) do n.º 2 do artigo 28.º da Lei n.º 108/88, de 24 de Setembro (autonomia das universidades):

Homologo os Estatutos da Universidade Aberta, aprovados por deliberações de 27 de Março e de 19 de Abril de 2001 e de 8 de Janeiro de 2002 da assembleia da Universidade Aberta, que vão publicados em anexo ao presente despacho normativo.

Ministério da Educação, 22 de Janeiro de 2002. — Pelo Ministro da Educação, Pedro Manuel Gonçalves Lourtie, Secretário de Estado do Ensino Superior.

#### **ANEXO**

#### **ESTATUTOS DA UNIVERSIDADE ABERTA**

CAPÍTULO I

Princípios gerais

SECÇÃO I

Natureza e atribuições

Artigo 1.º

### Definição

1 — A Universidade Aberta, adiante designada por Universidade, é um centro de criação, transmissão e difusão da cultura, da ciência e da tecnologia, que, através da articulação do estudo, da docência, da investigação e da prestação de serviços, serve a sociedade onde se integra, encontrando-se vocacionada para exercer as suas funções, a nível nacional, transnacional e internacional, em particular através do ensino a distância.

 <sup>(</sup>a) Unidades curriculares em opção com estágio profissional.
 (b) A regulamentar pelo órgão legal e estatutariamente competente.